



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1135/16	DATA: 28/09/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 12h26min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LIDIANE FREIRE DE JESUS - Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
LEONARDO PENAFIEL PINHO - Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários UNISOL.
LUIZ ADEMIR POSSAMAI - Presidente da UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.
JOÃO BERTOLINO DE OLIVEIRA NETO - Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.
RODRIGO NANTES - Representante do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
GELSON NEZI - Representante do Fórum Catarinense de Economia Solidária, representante da Região Sul.
EMÍLIO JOSÉ ROCHA - Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Região Sudeste.
JOSÉ WALDIR DE SOUSA COSTA - Representante da Articulação do Semiárido - ASA, representante da Região Nordeste.
LUIZ DANTAS - Coordenador do Fórum Paraense de Economia Solidária, representante da Região Norte.
CARLOS ALENCASTRO CAVALCANTI - do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR.

SUMÁRIO

Debate das iniciativas necessárias ao avanço da Política Nacional de Economia Solidária.

OBSERVAÇÕES

Houve manifestação inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Agradeço muito a presença de todos os que abraçam, amam e defendem a causa da economia solidária.

Antes de dar início à audiência, quero informar algumas diretrizes regimentais aos que dela vão participar.

Nós gostaríamos de ter realizado esta audiência há algum tempo, mas, em comum acordo com as lideranças do movimento, optamos por realizá-la nesta data, por coincidir com o encontro nacional que vocês estão fazendo em Brasília. Certamente, se ela fosse feita em outra data, não teríamos uma audiência tão concorrida como a de hoje.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública promovida pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia com o objetivo de debater iniciativas necessárias ao avanço da Política Nacional de Economia Solidária, em atendimento ao Requerimento nº 103, de 2016, de minha autoria.

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.685, de 2012, de autoria dos Deputados Paulo Teixeira, Eudes Xavier, Padre João e outros, que *“dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”*.

O PL já foi aprovado nas Comissões de Agricultura, de Desenvolvimento Econômico e de Finanças e Tributação e, atualmente, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relatora a Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul — eu fiz contato com a Deputada Maria do Rosário e ela aceitou, de pronto, relatar esse projeto de interesse de todos nós.

A Deputada participará da audiência por meio de videoconferência, porque ela está no interior do Rio Grande do Sul. Tão logo a Mesa esteja composta, concederei a palavra à nobre Parlamentar.

Quero adiantar aos senhores que, para criar a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa, eu consegui as assinaturas de 205 Deputados e 21 Senadores. É compreensível que eles não estejam aqui hoje em grande quantidade. Por um momento atípico de eleições municipais, cada um está nas suas bases.



Eu não estaria aqui se fosse candidato. Cheguei anteontem para organizar, com a Assessoria, este encontro. Eu acho que não existe nada mais importante neste momento do que nós debatermos exaustivamente, com os fazedores da economia solidária, essa causa de todos nós.

Agradeço a presença dos ilustres convidados.

Neste momento, tenho a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: Sr. João Bertolino de Oliveira Neto, Secretário-Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, aqui representando o Secretário Nacional (*palmas*); Sra. Lidiane Freire de Jesus, membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (*palmas*), representando a Sra. Shirlei Aparecida Almeida Silva, membro da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Sr. Leonardo Penafiel Pinho, Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários — UNISOL (*palmas*); e Sr. Luiz Ademir Possamai, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária — UNICAFES (*palmas*).

Após a fala dos expositores, pelo Regimento, seria a vez de os Deputados se manifestarem. Como não há Deputados na plenária, vamos passar a palavra para alguns representantes de entidades nacionais aqui relacionados.

O tempo concedido a cada orador será controlado por aquele cronômetro.

Composta a Mesa, vou passar a palavra para a Relatora do projeto de lei, Deputada Maria do Rosário, que vai falar por videoconferência.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Bom dia, meus amigos e minhas amigas que participam desta audiência pública destinada a debater as iniciativas necessárias ao avanço da política de economia solidária no Brasil.

Meus cumprimentos a todos, de todo o País, que participam desta audiência pública e a todos os que participam desse grande movimento por uma economia solidária no Brasil. É uma luta constante. Um conceito sobre a economia está sendo debatido neste momento na Câmara dos Deputados e em todo o País. E os desafios são muito grandes.

Eu começo cumprimentando a representante da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Lidiane Freire de Jesus. (*Palmas.*)



Abraço o Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), Leonardo Penafiel Pinho.

São os nomes que eu recebi aqui. Eu não consigo vê-los neste momento, mas sei da presença dessas organizações na audiência pública.

Cumprimento o Secretário-Geral da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Carlos Alberto Ferreira de Castro; o representante do Ministério do Trabalho do atual Governo, Natalino Oldakoski, Secretário da área de economia solidária.

Sobretudo, quero abraçar o Deputado Angelim, Coordenador da Frente Parlamentar de Defesa de Direitos da Economia Solidária, e lembrar-lhes, com muito carinho, ao lado da mobilização social, a figura do Prof. Paul Singer (*palmas*), que para nós é uma referência fundamental e alguém que estruturou a defesa da economia solidária ao longo dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Neste momento eu tenho a honra, até por um trabalho desenvolvido junto com o Deputado Angelim, de ser Relatora do Projeto de Lei nº 4.685, de 2012, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nós observaremos, nessa Comissão, os aspectos jurídicos, os aspectos da legalidade, que encontraremos, certamente, plenamente satisfeitos, e os aspectos constitucionais.

O projeto de lei já tramitou em várias Comissões, como vocês bem sabem, recebeu emendas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. São emendas que foram debatidas também com o movimento social. Ao debater na CCJ aspectos da juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa da proposta, teremos oportunidade de concluir um processo de debates muito importante, que vem desde 2012 na Câmara dos Deputados, com a apresentação do projeto de lei, mas que está ocorrendo há muito tempo na sociedade.

Por que é importante aprovarmos esse projeto de lei? Porque ele trata justamente do sistema nacional voltado à economia solidária. Ele cria uma política nacional de desenvolvimento da economia solidária e constitui um fundo nacional, instrumento fundamental para o fomento de políticas voltadas à economia solidária.



Mas qual o debate, meus amigos e minhas amigas, que está como pano de fundo em um momento político e econômico como este? Se nós vamos incentivar políticas relacionadas à economia solidária, se vamos ter uma economia não centrada exclusivamente nos interesses dos grandes e do mercado ou se vamos estar de outro lado, produzindo efeitos importantes para a economia do País, considerando, para a riqueza nacional e para o direito à economia de um povo, os aspectos da autogestão e da cooperação, previstos nas estratégias de economia solidária e que foram fomentados nos governos democráticos, nos governos anteriores?

Esta audiência pública precisa se posicionar sobre isso. Eu acredito que ela pode nos ajudar muito a incentivar a aprovação do projeto de lei, mas o projeto de lei não pode encontrar dificuldades justamente por uma visão econômica calcada no interesse de poucos e de um ajuste fiscal, que está em andamento, voltado aos interesses dos grandes bancos, das fortunas, um ajuste que se vê através da PEC 241, uma proposta de emenda à Constituição que congela investimentos na saúde, na educação, e em estratégias econômicas de caráter privatista, que oferecem alternativas a poucos e colocam à margem da economia grande parte da população.

A inclusão social se dá também por estratégias de economia solidária e, portanto, a autonomia é um princípio da economia solidária, bem como o desenvolvimento dos indivíduos nos grupos sociais, como propõe Amartya Sen.

Eu quero também referir-me, nesta saudação a vocês e no desafio desta audiência pública, a uma frase que muito me chama atenção. Vocês sabem que a minha participação no Parlamento e na sociedade está muito ligada aos movimentos de mulheres e às questões dos direitos humanos.

Então eu busco de um humanista, de um pacifista, Mahatma Gandhi, uma frase fundamental, que orienta o meu trabalho como Relatora neste momento. Disse certa vez Mahatma Gandhi:

“A economia que despreza as considerações morais e sentimentais é semelhante àquelas figuras de cera, que, parecendo vivas, carecem de vida, de carne, de osso e de sangue.”



Em todos os momentos cruciais, essas novas leis econômicas caíram ao serem colocadas em prática. E as nações, os indivíduos que as aceitaram como guia pereceram, ou seja, uma economia sem rosto, sem carne, sem osso, sem gente, sem seres humanos é uma economia que tende a fazer as pessoas perecerem. A economia solidária propõe o envolvimento das pessoas, a atuação cooperativa.

Por isso, o projeto de lei está centrado nos seus princípios e em organizações a partir da educação, da assistência técnica, da qualificação social e profissional, no meio rural, no campo, e nos centros urbanos, no acesso às finanças justas, a crédito justo, no acesso a fomento e comercialização daquilo que é produzido. A economia solidária é uma economia complexa, não é simples. O que há de simples nela, que pode ser muito bem valorizado, é a repartição, a partilha do que é fruto dessa economia.

Será que o Brasil está preparado para continuar nesse rumo que foi sonhado e realizado por vocês e pelo Prof. Paul Singer? Ou os momentos que nós estamos vivendo de quebra da democracia e do Estado de Direito nos levarão, mais uma vez, a uma lógica neoliberal, em que o lucro dos grandes empreendimentos massacra e destrói as possibilidades econômicas criativas, autônomas e solidárias? Nós temos que fazer viver a economia solidária, porque ela, mais do que uma perspectiva econômica, é uma perspectiva moral e humana, humanista em todos os sentidos, porque os agentes econômicos são donos dos seus destinos e atuam para a cooperação, uma pessoa colabora com a outra, um grupo social contribui com o outro, e todos crescem e se desenvolvem, transformando o lucro em vida melhor.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, meu cumprimento efusivo a todos. Eu comecei o debate aqui com o pessoal do Rio Grande do Sul, na semana passada, com o fórum estadual. Quero debater com o fórum nacional, ao lado do Deputado Angelim e dos meus colegas da Frente Parlamentar, estratégias para a aprovação do projeto.

Um grande abraço! Parabéns pela audiência! Boa luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Deputada Maria do Rosário.



Eu trouxe a relação de todos os Deputados — com seus endereços nos respectivos Estados, fotos — membros da Comissão de Constituição e Justiça e que, portanto, vão votar o nosso projeto, cuja Relatora é a Deputada Maria do Rosário. São 130 Deputados. Vou passar a relação para as lideranças nacionais. Façam contato com eles para que não haja problema nessa votação.

Dando continuidade aos trabalhos, esclareço aos senhores expositores que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone.

Informo que os convidados não poderão ser aparteados no decorrer de suas exposições. Nós abriremos tempo para perguntas depois de encerradas as exposições. Cada orador terá o tempo de 3 minutos para fazer o seu questionamento. As interpelações deverão ser feitas estritamente sobre o assunto objeto da audiência pública, nos termos regimentais.

Solicito aos expositores que assinem a autorização para publicação e utilização, pela Câmara dos Deputados, de suas imagens e vozes gravadas no decorrer deste evento.

Comunico ainda que a audiência pública está sendo transmitida via Internet, com interação pelo portal e-Democracia, ferramenta que propicia a participação da sociedade por meio de sala de bate-papo *on-line* no endereço *e-democracia.camara.gov.br*.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Lidiane Freire de Jesus, da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A SRA. LIDIANE FREIRE DE JESUS - Quero, previamente, dizer que não reconhecemos os processos antidemocráticos recentemente implantados no sistema político brasileiro.

Bom dia a todos e a todas. Aqui há a presença massiva da rede de finança solidária, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e diferentes expressões e representações do movimento da economia solidária.

Eu queria começar as minhas afirmações, enquanto representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, fazendo um resgate do momento que nós já vivenciamos nesta Casa em 2011.



Na primeira gestão da Presidenta Dilma nós estivemos nesta Casa para afirmar ao Governo Dilma que éramos política e estrategicamente diferentes das micro e pequenas empresas, que necessitávamos de uma política direcionada, de uma política específica que fomentasse acima de tudo a autogestão, a coletividade e o bem viver. Isso aconteceu em 2011, nesta Casa.

Estamos revivendo esse momento, estamos aqui novamente. Em 2016 voltamos, mas voltamos com uma insegurança quanto à continuidade e à ampliação dos passos dados na Política Nacional de Economia Solidária em 13 anos da Política Nacional de Economia Solidária.

O que nos provoca essa insegurança? O desmonte de Ministérios, Secretarias e programas que fortaleciam ações de políticas públicas que, direta e indiretamente, fortaleciam as práticas da economia solidária.

Com o destino dado à política nacional pelo Governo atual, nós voltamos a esta Casa com muita insegurança, sem a certeza de que a política da economia solidária se sustentará.

Nessa perspectiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária traz algumas afirmações para esta audiência. Nós trazemos a afirmação da economia solidária como estratégia de desenvolvimento justo, solidário e sustentável, baseado no cuidado com as pessoas, no cuidado com o meio ambiente, o que vai de encontro ao modelo usurpador dos recursos socioeconômicos e naturais do sistema capitalista. A economia solidária vem na perspectiva da construção do bem viver e das relações entre as pessoas.

Outra afirmação que nós trazemos é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como protagonista das construções de diferentes ações de políticas públicas no Brasil, em constante diálogo com os diferentes movimentos da América Latina.

Em 13 anos de construção da política nacional da economia solidária nós, Fórum Brasileiro, fomos sempre protagonistas e colaboradores diretos desse processo e temos uma capilaridade, uma representatividade que desce aos fóruns estaduais, regionais, microrregionais, municipais.

Afirmamos também a necessidade de se garantir o PPA 2016 — Plano Plurianual, construído de forma participativa, e os recursos direcionados ao



fortalecimento da economia solidária. Uma das nossas bandeiras é garantir que o PPA seja implementado de acordo com o que construímos, porque foi um PPA construído a várias mãos. Não podemos deixar que o Governo desconsidere esse processo daqui para frente.

Defendemos o diálogo em articulação com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa, contando com o apoio do Deputado Angelim, na perspectiva de ampliação da estrutura nacional da Política Nacional de Economia Solidária.

Defendemos a estruturação e a permanência do Conselho Nacional como instrumento de intervenção e controle social de políticas públicas de economia solidária.

Afirmamos diálogos constantes com as frentes e movimentos sociais que historicamente relacionam a economia solidária como estratégia de resistência.

Contudo, nesse contexto histórico de retirada de direitos no campo político e social, apontamos e exigimos como necessária a aprovação imediata do Projeto de Lei nº 4.685, que institui a Política Nacional de Economia Solidária, que cria o sistema nacional e nele garante o reconhecimento das diferentes práticas de autogestão e coletivas; o direito ao trabalho associado pelo reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras; o direito à vida com dignidade; a universalidade e equidade do acesso à política; a transparência; a garantia da construção de estratégias via conferências públicas.

Reafirmamos o Conselho como instrumento de articulação, coordenação e controle social das políticas nacionais de economia solidária.

Exigimos a implementação do Plano Nacional de Economia Solidária, que foi fruto de três conferências em que nós, do movimento da economia solidária, estivemos diretamente envolvidos nos nossos Municípios, nos nossos territórios, no nosso Estado. A terceira conferência culminou no Plano Nacional de Economia Solidária, que não pode ser engavetado. Temos esse desafio pela frente.

Precisamos que o Governo e a estrutura da política que permaneça reconheça o CADSOL — Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários como instrumento de identidade dos empreendimentos econômico-solidários. Hoje ele é regido pela Portaria nº 1.784, de 2014. Nesses 13 anos de



construção da política nós conseguimos esse instrumento que nos reconhece como sujeito, como empreendimento econômico-solidário.

É preciso fortalecer e ampliar a estrutura da Secretaria Nacional de Economia Solidária, lembrando ao Governo que a Secretaria Nacional de Economia Solidária é fruto da mobilização e articulação desse movimento. Suas ações precisam ser construídas e pautadas em espaços democráticos de decisão. Estamos afirmando diretamente que a Política Nacional de Economia Solidária tem que ser pautada, debatida e discutida em espaços amplos, em que possam dialogar as diferentes expressões que existem na economia solidária no Brasil.

Por fim, quero dizer que estaremos atentos, mobilizados, vigilantes em defesa do fortalecimento da economia solidária no Brasil.

Recebi um bilhetinho lembrando-me de agradecer à Frente Nacional de Luta Campo e Cidade. Hoje nós contamos com a participação de 150 pessoas neste plenário. Agradeço a todos enquanto movimento, enquanto Fórum Brasileiro da Economia Solidária. *(Palmas.)*. Agradeço às diferentes representações pelo empenho em garantir que em nossa Casa estejam as diferentes estratégias e o movimento mais amplo da Economia Solidária hoje existente.

Obrigada. *(Palmas.)*. *(Manifestação na plateia: Essa luta é nossa. Essa luta é do povo. É só lutando que se faz um mundo novo!)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado. Agradeço à Lidiane pela sua fala. Ela ainda dispunha de 3 minutos.

Este plenário comporta 150 pessoas sentadas. No outro plenário, aqui em frente, ainda há mais 40 ou 50 pessoas, muitos companheiros em pé. Está cheio. Temos, portanto, aproximadamente 200 pessoas nesta audiência. *(Palmas.)* Isso é muito bom.

Eu cometi uma deselegância com os amigos da *TV Câmara*. A audiência está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*. *(Palmas.)*

Com a palavra o Sr. Leonardo Penafiel Pinho, Presidente da UNISOL, que dispõe de 10 minutos para fazer sua exposição.

O SR. LEONARDO PENAFIEL PINHO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Angelim.



Quero iniciar minha fala cumprimentando cada militante, cada pessoa, cada ativista, cada membro de cooperativa, de associação e de empreendimento econômico-solidário presente. O movimento de economia solidária só existe com o esforço, com a unidade das comunidades nos territórios de cada um dos senhores. Sem isso não existe economia solidária no Brasil.

Meus cumprimentos a todos os presentes. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Lidiane, que eu conheço há bastante tempo. É uma guerreira, que simboliza muito bem cada um de nós. Acho que Lidiane representa garra, firmeza.

Quero fazer um chamado a cada um e a cada uma. Nós estamos vivendo no Brasil uma crise combinada, uma crise econômica e uma crise política que têm provocado uma situação de alta tensão. Temos visto nas ruas sentimento de ódio e intolerância política. Isso é muito sério. Por quê? A democracia no Brasil é nova. Alguns setores da sociedade brasileira estão brincando com a democracia. E isso nós não podemos tolerar! O Brasil está construindo uma democracia com pluralidade política, e nós queremos que essa pluralidade política vá para a pluralidade econômica, reconhecendo, com a aprovação do PL 4.685, as diversas formas de organização da autogestão.

Mas, como a democracia no geral está sendo atingida, provavelmente já há sinalizações concretas. Vide o que aconteceu com as políticas públicas da agricultura familiar, que foram fortemente golpeadas — o caminho da democratização econômica também começa a sofrer reveses.

Esse é o primeiro chamado que a UNISOL Brasil faz a cada um e a cada uma aqui presente. Nós precisamos defender a democracia e combater o ódio e a intolerância. E precisamos aprofundar o sentido da necessidade de democratização econômica no Brasil. Nós vivemos duas décadas e pouco de democracia formal, eleitoral, e este é um momento muito tenso.

Mas a democratização econômica no Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. Ainda vivemos numa sociedade altamente concentradora de renda, de terra, de poder político, de poder econômico nas comunidades. É contra isso e como alternativa a isso que a economia solidária, o cooperativismo solidário, o associativismo de caráter popular e comunitário se organizam. É para dizer que a democracia no Brasil precisa se fortalecer, mas, principalmente, que é preciso



democratizar a economia. E a síntese melhor dessa luta, dessa busca da democratização econômica é o PL 4.685, que precisa ser uma prioridade de todos os órgãos que trabalham com a economia solidária, que trabalham com o cooperativismo solidário. Esse PL precisa ser uma prioridade da atuação do Executivo, do Legislativo e da sociedade, porque ele vai atingir milhares de pessoas, vai desenvolver um conjunto de arranjos e cadeias produtivas solidárias e vai consolidar esses arranjos em todo Brasil.

Então, ele é fundamental inclusive neste momento de crise econômica. É neste momento que nós precisamos democratizar mais e ter um PL que assegure que a autogestão, que o associativismo e o cooperativismo solidário sejam ferramentas e instrumentos de desenvolvimento. Essa é a prioridade número 1 que acho que precisamos ter.

Eu também queria fazer aqui outro chamado. A Deputada Maria do Rosário colocou aqui que nós precisamos combater nas ruas, no Parlamento, em todos os espaços a PEC 241. (*Palmas na plateia.*) Ela é um atentado contra os direitos sociais brasileiros, contra o Sistema Único de Saúde! O maior sistema de universalidade de direitos do mundo é o SUS brasileiro. E essa PEC vai atingir o SUS, vai atingir o SUAS — Sistema Único da Assistência Social, vai atingir a educação. É uma luta da economia solidária combater essa PEC.

Eu quero chamar atenção para outra coisa. Está havendo um conjunto de ações que vão golpear os nossos direitos, os direitos de cada um dos brasileiros. Eu vou citar só uma. O Ministro da Saúde montou um grupo de trabalho com as seguradoras privadas para criar um plano popular privado de saúde.

Isso é um atentado contra a Atenção Básica e contra o Sistema Único de Saúde! Isso é um atentado contra a economia solidária, que quer democratizar a economia e o acesso a direitos no Brasil! Esse é outro chamado. Precisamos combater essa lógica de que o ajuste fiscal serve para combater, acabar e rasgar os preceitos constitucionais. (*Palmas.*) É isso que nós não podemos admitir.

E quero dizer mais. Eu acho que nós temos que ser a favor, sim, de um ajuste fiscal no Brasil. Mas para quê? Para taxar as grandes fortunas, ou seja, cobrar impostos dos mais ricos. (*Palmas na plateia.*) É esse o ajuste fiscal que eu acho que deve ser implementado no Brasil, e não o ajuste fiscal que penaliza os trabalhadores



e as trabalhadoras dos nossos empreendimentos, a população das nossas comunidades.

O ajuste fiscal que o Brasil precisa é o ajuste fiscal para taxar os de cima, os sonegadores de impostas. Esses é que precisam ser taxados no Brasil, para garantir que a Constituição de 1988 seja plenamente atingida. Então, esse.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LEONARDO PENAFIEL PINHO - Como? *(Pausa.)* Auditoria da dívida, esse é outro instrumento fundamental. Nós temos tantos instrumentos para fazer um ajuste fiscal com os de cima, que nunca pagaram impostos no Brasil. Eles falam de altas taxas. Mas não, eles sonegam, pagam dinheiro do povo brasileiro sobre dívidas que ninguém sabe de onde vieram. É contra esse setor que nós precisamos de ajuste fiscal.

E, nesse sentido, eu queria falar aqui da importância de nós — movimento de economia solidária, cooperativismo, associativismo, movimentos sociais aliados à nossa luta como o movimento de pop rua, de moradia, enfim — termos um tratamento mais adequado do ponto de vista da tributação do ato cooperativo. Não é possível que as cooperativas brasileiras paguem mais impostos do que as empresas! Isso é um contrassenso! O cooperativismo sempre foi um instrumento de democratização econômica.

A *CartaCapital* soltou uma matéria muito boa, mostrando que os países com maior desenvolvimento e igualdade de distribuição são os que têm um cooperativismo mais forte. E, no Brasil, o cooperativismo paga mais impostos do que as empresas. Nesse sentido, nós precisamos ter um tratamento adequado à PLP 271, nesta Casa, que trata da melhoria do sistema tributário para as cooperativas.

Por fim, está em tramitação final mais uma conquista dura, de muitos anos de luta: o PL 519, que já passou pela Câmara, já passou pelo Senado, onde foi alterado, e voltou para a Câmara. Esse PL vai mudar a famigerada Lei das Cooperativas, de 1971. Ele vai modernizar e, principalmente, democratizar a organização cooperativa no Brasil, com o reconhecimento da OCB — Organização das Cooperativas Brasileiras e também da UNICOPAS — União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias como instrumento de organização do cooperativismo solidário brasileiro. *(Palmas na plateia.)*



O PL 519 está em fase final de tramitação, aguardando o parecer da Comissão de Trabalho. O Relator é o Deputado Lelo Coimbra, do PMDB do Espírito Santo. Há um compromisso inclusive da OCB de aprovação. Ela já sinalizou isso em vários momentos. Nós reafirmamos, em reunião recente, esse compromisso para aprovarmos o quanto antes esse PL 519, porque também precisamos democratizar o cooperativismo brasileiro e fazer dele um instrumento real de organização e formalização dos empreendimentos econômicos solidários.

Novamente, queria chamar a atenção de cada um de vocês. No que se refere a essas duas crises que ocorrem aqui no Brasil, a luta não terminará aqui no Parlamento ou nos nossos Legislativos. Ela vai se dar principalmente nas ruas, nas lutas cotidianas, na nossa capacidade de criar unidades de ação entre os movimentos de economia solidária e os movimentos sociais. Este é o grande momento que estamos vivendo hoje.

E eu queria deixar um convite. Essa crise econômica está causando forte impacto na indústria. Várias empresas estão falindo no Brasil. Voltamos como pauta central às fábricas recuperadas. Na economia solidária, elas continuavam importantes, mas não eram a pauta central, porque não estavam em falência. Estavam num processo de crescimento econômico. Agora, voltamos para esse cenário.

Agora, no dia 7, dentro de uma fábrica ocupada desde maio, que é a Karmann-Ghia do Brasil, que faliu e deixou os seus trabalhadores sem nenhuma condição, vamos promover um seminário, junto com a NEXUS, a UNISOL e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sobre experiências de fábricas recuperadas na Argentina, na Itália e na Espanha, para mostrar que, se o patrão abandonou a fábrica, fechou a fábrica, é fábrica ocupada, é fábrica recuperada! Esse é o convite que a UNISOL quer deixar registrado. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Agradeço as palavras ao Leonardo Penafiel Pinho, Presidente da UNISOL. Agradeço a presença à Irmã Lourdes, que tão bem nos recebeu em Santa Maria naquele belíssimo encontro de economia solidária. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Luiz Ademir Possamai, Presidente da UNICAFES. S.Sa. dispõe de 10 minutos.



O SR. LUIZ ADEMIR POSSAMAI - Início saudando o Deputado Angelim, a Deputada Maria do Rosário e os demais colegas desta Frente Parlamentar que desenvolve um trabalho interessante, muito importante para nós brasileiros e brasileiras; a Lidiane e todas as colegas que estão neste e no outro plenário, todas aquelas que realmente fazem a economia solidária acontecer neste País; os nossos colegas homens que têm contribuído e muito para que a economia solidária seja uma realidade, uma experiência que sirva como referência para outros países; os colegas Leonardo e Chicão, que são da UNICOPAS; os catadores e o pessoal da reciclagem, que também estão prestigiando este evento e, logo mais, vão estar conosco na UNICOPAS; o João, que está representando neste ato o Governo.

Gostaria ainda de saudar, além da Frente Nacional de Luta, outros movimentos que estão aqui. Não vou citar todos, apenas alguns: o sindicalismo, o associativismo, os religiosos. Todos são muito importantes para esse trabalho.

Eu vou iniciar, Deputado Angelim, João, falando da importância dos programas para o desenvolvimento deste País. Como foi dito pelo companheiro Leo, se há alguém que tem chance de gerar emprego neste País, esse alguém somos nós da economia solidária. E olha que geramos emprego formal e informal, ao mesmo tempo. Então, gente, vamos defender a SENAES — Secretaria Nacional de Economia Solidária! Ela é nossa. Foi construída de baixo para cima, a partir dos movimentos. Nós não podemos deixar o Governo acabar com a SENAES! Viu, João? (*Palmas na plateia.*) A SENAES tem que continuar!

Além da SENAES, há outro instrumento de democracia que não podemos deixar acabar: o conselho. Não dá para admitir que os conselhos criados com a participação da sociedade se esvaziem. (*Palmas na plateia.*) Então, nós gostaríamos que este Governo mantivesse também os conselhos.

Deputado Angelim, eu sei que os Parlamentares têm um papel tão importante quanto o nosso da sociedade organizada. E já que estamos neste espaço para discutir a importância da lei, quero reforçar a importância de várias leis que fazem acontecer o desenvolvimento, o emprego, a renda, que é tão importante quanto o emprego. A renda melhora a qualidade de vida das nossas famílias.

Há algumas leis, Deputado Angelim, que nós precisamos fazer rodar nesta Casa. Se não, nós estaremos sempre com os dias contados, com o risco de não



conseguir trabalhar como a sociedade sempre desejou. Uma dessas leis é a Lei de Economia Solidária. Não dá para admitirmos ficar mais tanto tempo esperando uma lei de economia solidária, se é que este País reconhece a importância dela.

Há também a Lei Geral do Cooperativismo, como disse o companheiro Leo. Dizem que o nosso País está entre as 20 maiores economias do mundo. Mas nós estamos em 20º lugar em termos de lei cooperativista. Os 19 países que estão à frente do Brasil, nos últimos 10 anos, fizeram mudanças nessa lei. Você vai perceber que, em vários desses países, o cooperativismo foi que fez o desenvolvimento deles. E no Brasil, ainda vige uma lei de 1971. Não dá para admitir!

A Constituição de 1988 nos deu a liberdade de ir e vir. E nós fomos constituindo cooperativas. São muitas! Deve haver mais de 28.000 cooperativas no Brasil: 6 mil ou 7 mil na OCB, algumas na UNICOPAS e a maioria solta por aí. E a lei não faz referência a essas cooperativas. Então, nós precisamos avançar na lei geral.

Já foi mencionado aqui o ato cooperativo. Não dá para aceitar que, entre nós, tenhamos que pagar impostos. As cooperativas do mesmo sistema acabam pagando imposto. Isso é um absurdo! Precisamos avançar na lei do ato cooperativo.

Hoje, as nossas cooperativas de trabalho têm extrema dificuldade de fazer trabalho via cooperativa. O cooperado é considerado um empregado da cooperativa. Nós recolhemos muitos encargos como empregados e não como donos da cooperativa. Temos que rever essa lei!

Foi mencionada aqui a lei tributária. Mas eu gostaria, Deputado Angelim, de falar de outra lei que para nós da agricultura familiar é superinteressante, que é a Lei da Agricultura Familiar. É lamentável! Ela foi sancionada pelo Presidente Lula, e até hoje nós não temos um item regulamentado! Tudo que estamos debatendo aqui está dentro da Lei da Agricultura Familiar. Regulamentada essa e outras leis, não precisaríamos estar neste debate. E a regulamentação da lei não depende do Congresso, mas do Governo.

Então, se o Governo nos ajudar e regulamentar a Lei da Agricultura Familiar, eu não tenho dúvida de que nós dos empreendimentos da economia solidária vamos ajudar muito este País no desenvolvimento, vamos ajudar muito este País no desenvolvimento, vamos ajudar muito este País na geração de emprego e renda e



vamos ajudar muito este País, como fizemos até agora, na inclusão dos excluídos da sociedade.

Com relação à manutenção de programas, como o PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e outros da SENAES, nós vamos lutar muito para que eles permaneçam também neste Governo. Caso contrário, nós vamos fazer um enfrentamento. Não tenho dúvida disso! Vamos ser chamados para fazer muito enfrentamento, se forem sendo cortados direitos, como a imprensa tem anunciado.

Obrigado. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Luiz Ademir.

Passo a palavra ao Sr. João Bertolino de Oliveira Neto, Secretário-Adjunto da SENAES, que está representando aqui o Ministério do Trabalho.

O SR. JOÃO BERTOLINO DE OLIVEIRA NETO - Bom dia a todos e a todas! Agradeço a todos a presença. Agradeço ao nosso Deputado Angelim a iniciativa. Cumprimento a Lidianne e toda a Mesa, Leonardo e Possamai, e também os companheiros do Ministério do Trabalho: Gabi, Sig, Vital, Haroldo, que fez parte da nossa equipe, e ainda o pessoal da assessoria parlamentar.

Eu quero falar sobre o compromisso do Ministro com a economia solidária. Ele tem feito de tudo. É um entusiasta da economia solidária. Peço desculpas pela ausência do nosso Secretário. Ele pegou uma virose que está havendo aqui em Brasília. Até o Deputado também está com mal estar, não é, Deputado? E quero falar também sobre a continuidade dos projetos de vocês.

Com relação ao conselho, nós estamos preparando o desenho institucional para chama-lo novamente. Vamos ver essa questão da continuidade da SENAES. É uma briga nossa constante.

Eu sou oriundo da Câmara. Trabalhei aqui 9 anos. Daqui, fui para a CONAB — Companhia Nacional de Abastecimento, onde trabalhei com Sílvio Porto. Trabalhei na assessoria da Presidência, mas trabalhei com Sílvio Porto na questão da agricultura familiar. Agora, estou lá no Ministério com vocês.

Estamos vendo a questão da continuidade da política. As atividades do Ministério estão voltadas para isso. Nós fizemos vários pagamentos, e continuamos



trabalhando isso com vocês aí. Nós estamos trabalhando para o ano que vem também uma questão orçamentária com os Deputados.

Essas leis nós estamos trabalhando constantemente com o nosso pessoal da assessoria parlamentar. Eu tenho vindo constantemente ao Parlamento. Tenho lutado para ver essa questão das leis. Vou tentar o máximo possível ajudar a aprovar o PL 4.685, o que seria um marco também na nossa participação na SENAES.

No mais, eu vou estar à disposição de vocês para os questionamentos — e já vi que são vários. Não vou usar todo o tempo de 10 minutos. Quero deixar um tempo para as respostas. Agradeço a presença de vocês e o convite.

(Manifestação na plateia: Fora, Temer!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, João.

Não está previsto no Regimento, mas, como estamos em um evento democrático — vou assumir essa responsabilidade —, temos aqui 21 inscritos para falar por 3 minutos, representando as diversas entidades, por região. Depois, passaremos para o debate.

Antes de chamar o primeiro inscrito, queria dizer que a função da Frente é acompanhar atentamente a pauta legislativa, que inclui também: a aprovação da Lei das Sociedades Cooperativas, PL 519, de 2015; a regulamentação da Lei das Cooperativas de Trabalho, Lei nº 12.690, de 2012; e a proposição da nova lei das cooperativas sociais. O Relator do PL 519 é o Deputado Lelo Coimbra, e já marcamos reunião para a primeira semana de outubro para darmos celeridade aos trabalhos. O PL 4.685 está bem encaminhado, porque a Deputada Maria do Rosário já está trabalhando nisso, mas peço o apoio de V.Exas. Passei para a Lidianie a relação de todos os Parlamentares que irão votar, para que o movimento nos ajude telefonando e enviando *e-mails*. Temos ainda o PL 271, que dispõe sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, em cima do que também vamos trabalhar.

Vou passar ainda aos senhores a relação, com endereço, de todos os Parlamentares da Frente, são 205 Deputados e 21 Senadores, para que vocês entrem em contato com eles por *e-mail*, por telefone e os visitem nos seus Estados,



porque são Parlamentares dos seus Estados, solicitando que eles também entrem nessa luta, e assim possamos dar andamento a essas questões.

Informo ainda que, no dia 28 de outubro de 2016, vai completar 1 ano que eu fiz um pronunciamento nesta tribuna já cobrando celeridade à CCJ ao PL 4.685. Mas só agora conseguimos designar a Relatora, que é a Deputada Maria do Rosário. Em 15 de dezembro, também me pronunciei aqui pelo Dia Nacional da Economia Solidária, e, mais recentemente, no dia 14 de março de 2016, fiz um pronunciamento repudiando veementemente a manifesta declaração do Governo de extinguir a SENAES.

E queria dizer brevemente o seguinte: a economia solidária é uma das grandes alternativas de que dispõe a humanidade para construir uma nova sociedade mais justa e mais humana em momentos adversos, como o que vivemos agora com as crises econômica, política e ética. A economia solidária cresce nos corações e mentes como alternativa concreta para o desenvolvimento socioeconômico e para a organização da sociedade. Venho dizendo, há tempo, que já passou da hora de darmos à economia solidária uma escala compatível à magnitude da população brasileira, dando-lhe um *status* de política de Estado e não ficando à mercê de quem está no Governo, mas que seja uma política definitiva de Estado, que afete toda a sociedade brasileira e seja aprovada pelo marco regulatório.

É por isso que considero um erro grave a manifesta intenção do Governo de extinguir a SENAES. Devemos continuar lutando para que a economia solidária não perca seu *status*, assim como devemos lutar para manter o Conselho Nacional de Economia Solidária e todas as nossas conquistas dos últimos anos. Mas precisamos principalmente cuidar do nosso movimento. Não podemos deixar que a conjuntura política interfira na nossa capacidade de mobilização, não podemos deixar que derrotas na seara política afaste-nos da nossa estratégia de fazer da economia solidária um instrumento de articulação do desenvolvimento humano com o desenvolvimento econômico. Não podemos perder o foco de nossa ação, mantendo sempre o compasso dos nossos conceitos e da função social da economia solidária.

É necessária, portanto, a compreensão política do momento que estamos vivendo e da conjuntura adversa que estamos enfrentando, para que possamos



definir as estratégias organizativas e as prioridades da política, de forma a manter a nossa união e a nossa capacidade de mobilização.

É sabido que o Governo não é capaz de gerar alternativa de renda e de inclusão social com a mesma dinâmica da economia solidária. Nesse sentido, ele não pode descartar a força mobilizadora e criadora do nosso movimento e deve incentivar e fortalecer a auto-organização dos empreendimentos, mantendo as ações das SENAES em curso.

É importante também que mantenhamos a mobilização junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa em torno da aprovação do PL 4.685, de 2012, que institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, que aguarda o parecer da Relatora, a Deputada Maria do Rosário.

Por fim, manifesto a minha homenagem e o meu respeito ao querido Prof. Paul Singer, referência da economia solidária em toda a América Latina. *(Palmas.)*

Quero dizer aos senhores que sou economista, professor de Economia da Universidade Federal do Acre, sempre estudei e me referenciei nos livros escritos pelo Prof. Paul Singer, que é referência em economia e em economia solidária em toda a América Latina.

Por fim, firmo aqui o compromisso com cada um de vocês de fazer deste meu mandato um mandato a serviço da economia solidária brasileira e do pujante movimento que a anima.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Convido para fazer uso da palavra por 3 minutos, o Sr. Rodrigo Nantes, representante da Região Centro-Oeste. *(Palmas.)*

O SR. RODRIGO NANTES - Olá, meu povo! Bom dia, senhoras e senhores que compõem a Mesa!

Já chorei, porque o leite já foi derramado. Mesmo assim, queremos reafirmar aqui: *"Fora, Temer!"* *(Palmas.)*

Quero pelo menos deixar registrado que é uma insatisfação do movimento ter dentro do espaço do Governo um processo histórico todo desmantelado, todo desconstruído. Isso para nós é uma coisa muito revoltante, triste e nos faz chorar mesmo.



Na condição de representantes do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, queremos reafirmar as pautas que já foram levantadas aqui, como a importância da aprovação do nosso projeto de lei pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e que essa aprovação se dê lá na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e não no plenário. Esta é a primeira pauta que reafirmamos aqui.

Uma coisa que nos preocupa, quando falamos da lei, quando falamos do Plano Nacional de Economia Solidária, quando falamos desse sistema nacional, que vai ser criado, se Deus quiser, assim que a lei for aprovada, é olhar lá na ponta e não saber o que vai acontecer com esses 400 milhões de reais disponíveis para políticas públicas de economia solidária ainda do orçamento deste ano. Falta pouco para acabar o ano. E o que vai acontecer com esse montante substancial de recursos que está na rua? Como vai se dar essa continuidade?

Pergunto ao Sr. João Bertolino Neto, especificamente: como vai se dar a continuidade do orçamento da SENAES? Não estamos aqui para dizer que queremos dar passo para trás. Queremos que se mantenham e se ampliem essas políticas públicas. Não adianta nada termos políticas públicas se a SENAES, que é a ponta que vai executar essas políticas públicas, fizer a seu gosto a execução dessas políticas públicas, sem estabelecer aquele velho diálogo a que estávamos acostumados nesse espaço que nos representava. Em 2015 nós gritamos: “A SENAES é nossa! Agora não temos mais essa convicção. Será que ainda temos essa convicção de gritar que a SENAES é nossa? Não, porque a SENAES já não está mais com essa representatividade dentro do movimento.

Por isso, dizemos o seguinte: não estamos aqui somente para dar voadora, mas também para saber do atual Governo como as coisas vão ficar. Não admitimos retrocessos mais do que já estão acontecendo. A descontinuidade das políticas públicas é algo notório. No Centro-Oeste, por exemplo, temos a política pública do CFESS — Conselho Federal de Serviço Social que está parada. Sou funcionário e estou há 3 meses sem receber. Isso é algo real e concreto. Não estou levantando conjecturas, certo?



Estamos aqui como cidadão, como empreendimento, como ser humano, que sonha dentro desse movimento e vive esse movimento dizendo que não vamos admitir retrocesso. *(Palmas.) (Manifestação na plateia: Fora, Temer! Fora, Temer!)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado.

Faço um apelo para que nós nos restrinjamos aos 3 minutos, porque ainda há muitas pessoas para falar.

Com a palavra o Sr. Gelson Nezi, representante do Fórum Catarinense de Economia Solidária. *(Palmas.)*

O SR. GELSON NEZI - Bom dia a todos e a todas, povo amado da economia solidária! *(Manifestação na plateia: Bom dia!)*

Primeiramente, para não esquecermos nunca... *(Manifestação na plateia: Fora, Temer!)*

Vimos fazendo a análise da Região Sul do Brasil, considerando a atual conjuntura, a partir dos projetos que estamos executando.

Nesses 13 anos, houve avanço na economia solidária do ponto de vista de política pública, mas esse avanço ainda está muito aquém daquilo que realmente precisamos para nossas ações de estruturação de empreendimentos econômicos solidários, de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários e de organização política desses empreendimentos nos Estados do Sul.

Houve, sim, investimentos, mas ainda precisamos que esses projetos, que essas ações de políticas públicas fortaleçam esses espaços e possam trazer mais benefícios para o povo que está lá na ponta.

Em relação a esse avanço, destacamos aqui alguns elementos: nos Estados do Sul, conseguimos avançar em alguns Municípios que possuem leis de economia solidária, porém são poucos. Em consequência, vem o gargalo. Nós não conseguimos dialogar sobre a necessidade de haver leis estaduais que visam à economia solidária. Esses diálogos estão muito distantes daquilo que objetivamos, mas avançamos em alguns Municípios.

O movimento nos Estados vem fortalecendo os conselhos e vem dando a dinâmica necessária. Porém, quando temos que travar diálogo com os Estados, praticamente já se vem com articulações políticas, com manobras, para não legitimar esse espaço dos conselhos. Mas estamos buscando o fortalecimento disso.



Outro ponto que temos que fortalecer na Região Sul são as Frentes Parlamentares em Defesa da Economia Solidária. Nos três Estados do Sul — posso falar de Santa Catarina com mais propriedade —, estamos dialogando com essa Frente, para tentar aprovar a Lei da Economia Solidária.

Por fim, gostaríamos de reafirmar a importância os projetos regionais, municipais e estaduais que havia e que agora temos dúvida sobre sua continuação.

Queríamos reafirmar a possibilidade de continuar avançando na Política Nacional de Economia Solidária. Precisamos muito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Gelson. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Emílio José Rocha, representante da Região Sudeste, e peço ao José Waldir de Sousa, representante da Região Nordeste, para se aproximar também.

As mulheres também precisam se manifestar, e não só os homens.

O SR. EMÍLIO JOSÉ ROCHA - Deputado Angelim, gostaria de cumprimentar primeiramente os nossos companheiros e companheiras presentes, que continuam na luta, e também os componentes da Mesa.

Gostaria de trazer só um ponto sobre o comprometimento da Frente Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Fique de pé para que todos lhe vejam. Acho isso importante, pois o senhor é uma forte liderança.

O SR. EMÍLIO JOSÉ ROCHA - No momento em que vivemos, nós precisamos desse comprometimento, porque aqui nós estamos representando milhões de pessoas do Brasil inteiro.

A Frente Parlamentar também é nossa representatividade. Ela precisa entender que nós somos representantes do povo e de nós mesmos. Precisamos desse comprometimento da Frente Parlamentar, com a criação desse plano, não vai adiantar termos representantes dentro do Parlamento. Nós precisamos desse comprometimento com a Região Sudeste.

Venho do Vale do Jequitinhonha, que é considerado o vale da miséria, mas que, na verdade, tem uma riqueza imensa e, dentro dessa riqueza, há a economia solidária. Nós precisamos fazer chegarem políticas públicas à Região, lá na ponta, em cada empreendimento, para que a economia deste País se torne sólida; e



também que possamos oferecer o bem-viver a cada pessoa presente na sociedade brasileira.

Então, o pedido, além do comprometimento, é no sentido da liberação de verbas e políticas públicas para a Região Sudeste. Nós não temos ainda essas políticas públicas, e as verbas não chegam até a nossa Região, e nós precisamos delas para fortalecer a economia solidária.

Essa é a reivindicação que a Região Sudeste traz perante os membros da nossa Câmara.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Sr. Emílio.

Com a palavra o Sr. José Waldir, da Região Nordeste.

Convido também o Luiz Dantas, da Região Norte, para se aproximar, por favor.

O SR. JOSÉ WALDIR DE SOUSA COSTA - Quero saudar a Mesa e todos os presentes.

Primeiramente, falar pela Região Nordeste é dizer que não podemos aceitar o retrocesso nem perda de nenhum dos direitos que temos conquistado nos últimos anos (*palmas*); é dizer que também queremos fortalecer essa ideia da aprovação ainda na Comissão, porque essa ação não significa dizer que seja um sonho. Ela é uma realidade que precisa ter o respaldo, sim, reconhecendo que nós temos muitas famílias, milhares de pessoas e organizações envolvidas em todo o País. No Nordeste, também não é diferente.

A prova disso é o fato de que a maior porção do Semiárido do Nordeste vive o seu quinto ano consecutivo de seca, uma das maiores da nossa história. No entanto, é a primeira delas que não temos o registro da morte de nenhuma pessoa em decorrência da seca.

Essa conquista é dada pelos direitos adquiridos por políticas que têm garantido distribuição de renda, inclusive aposentadoria de mulheres aos 55 anos e de homens aos 60 anos. (*Palmas.*) Tais políticas permitem distribuição de renda nos mais distantes lugares e movimento do comércio de toda a economia local.

É preciso dizer que as iniciativas de redes de organizações, como fundos rotativos solidários, várias redes de economia solidária, de agricultura familiar, ações



de transição agroecológica, têm garantido outra imagem do nosso Semiárido para o País e para o mundo. Nós não temos mais a cara da miséria. Isso é dado pelas políticas de repasse de renda, mas também pelas conquistas e pelo investimento das organizações e das famílias locais.

É preciso dizer que, nesse quinto ano consecutivo de estiagem, como dizia, há feiras agroecológicas, feiras de agricultura familiar; as pessoas estão produzindo em quintais, as pessoas têm pequenos investimentos de organização de seus quintais, organização de bancos de sementes e casas de sementes, feiras, pontos fixos de comercialização; enfim, há uma infinidade de iniciativas que têm garantido dignidade às pessoas.

E para manter essa dignidade, para continuar alimentando sonhos, transformando-os em realidade, precisamos da aprovação dessa lei, sim, e de outras que possam complementar essa realidade que temos. *(Manifestação na plateia: Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, José Waldir.

Com a palavra o Sr. Luiz Dantas, da Região Norte, a minha Região.

O SR. LUIZ DANTAS - Nenhum direito a menos! Mais direitos!

Nós da Região Norte estamos construindo economia solidária e, portanto, Sr. João, é necessário que o senhor, enquanto representante da equipe do Ministério, assuma o compromisso do Plano Plurianual — PPA e diga, de fato, o que o Governo vai fazer.

É necessário afirmar aqui a importância da aprovação do nosso projeto de lei. É fundamental que esta audiência pública consiga ser um passo na aprovação desse projeto, Deputado. Isso é fundamental. Nenhum direito a menos!

É importante que nós possamos garantir a data da reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária — CNES, que possamos sair daqui com a data dessa reunião marcada *(palmas)*, porque é o espaço político do Estado brasileiro que garante o diálogo entre sociedade e Estado. Isso é fundamental.

Quero também reafirmar isso como um passo fundamental na execução do nosso Plano Nacional de Economia Solidária, fruto das nossas três conferências, fruto de cinco encontros do fórum brasileiro. Esse é o passo, o compromisso que nós temos que continuar avançando na sociedade. É com isso que nós vamos



combater o desemprego, é com isso que nós vamos gerar renda e trabalho para o brasileiro, para a brasileira.

Quero, finalmente, saudar a Rede Nacional dos Fundos Solidários (*palmas*), que, desde segunda-feira, está aqui reunida discutindo sobre o assunto. Ontem, ela elegeu a sua primeira direção nacional, representando todas as regiões. (*Palmas.*) Essa rede soma-se à UNICOPAS, soma-se ao fórum brasileiro, soma-se à rede dos bancos comunitários e das coberturas de créditos.

Nenhum direito a menos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Luiz Dantas.

Concedo a palavra ao Carlos Alencastro, do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis — MNCR e, logo em seguida, à primeira mulher, irmã Lourdes Dill, da Cáritas Brasileira. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS ALENCASTRO CAVALCANTI - Tomo a liberdade de, em nome da Deputada Maria do Rosário, cumprimentar todos os integrantes dessa Frente Parlamentar, Deputados e Deputadas. Tomo a liberdade de, em nome de Lidiane, cumprimentar toda a Mesa. Em nome do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, cumprimento todos os demais presentes nesta plenária.

Por mais que ouçamos muitos e muitos participantes nesta audiência, o pensamento e as necessidades são o que nos une. Cada fala parece repetir o que o anterior falou. Considero muito importante dizer como é notório ouvir que esta Casa tenha a praxe de executar o que vem das ruas, ouvir o clamor do povo. Peço aqui a V.Exa. que leve as nossas vozes à Frente Parlamentar, ao Parlamento e ao Executivo. O que estamos reivindicando aqui é o direito a se ter direito, o direito a trabalhar de forma associada. Para trabalharmos nessa forma associada, precisamos garantir o que já está posto como política pública, a política pública de economia solidária.

No transcorrer dos anos, já foi encerrada a terceira conferência dessa política pública, que teve como objetivo a constituição do 1º Plano Nacional de Economia Solidária. Portanto, isso não pode ser jogado fora.

E, para finalizar, deixo a minha pergunta ao João: o que está sendo pensado se fazer da Secretaria Nacional de Economia Solidária? (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Alencastro.

Com a palavra a Irmã Lourdes, da Cáritas Brasileira.

(Manifestação na plateia: MNCR! Presente, presente, presente! Sempre, sempre, sempre!)

A SRA. LOURDES DILL - Bom dia a todos e a todas. *(Manifestação na plateia: Bom dia!) (Palmas.)*

Faço uma saudação à Mesa e a todos aqueles que nos acompanham pela imprensa e pela Internet.

Este é um momento muito significativo para nós da teia da economia solidária do Brasil, que diz de todas as conquistas que tivemos ao longo desses anos. Também nós da Cáritas Brasileira, que completou 60 anos este ano, em novembro, há 35 anos vimos atuando na economia solidária, com os movimentos sociais, com as organizações, com o povo, que se organiza com tanta força e tanta coragem. Nós queremos que não se volte atrás em nada daquilo que foi construído ao longo desses 35 anos como política pública de economia solidária, especialmente ao longo dos últimos 13 anos.

Temos pressa, Deputado Angelim, na votação desse projeto de lei, que esperamos seja ainda este ano de 2016. Esperamos que seja o grande presente de Natal para a economia solidária a votação desse projeto de lei. *(Palmas.)*

A SENAES é nossa. E nada pode voltar atrás nas políticas que não somente o Governo, mas também nós, como povo, ajudamos a construir. Temos pressa que se cumpram as leis que foram votadas, construídas a duras penas, com a participação massiva de toda a sociedade do campo e da cidade. Nós da economia solidária dialogamos muito e trabalhamos muito com o meio rural e também com o meio urbano, com toda força.

Somos muitas mulheres na economia solidária, somos a maioria. *(Palmas.)* Também há muitos homens parceiros dessa luta e dessa caminhada. Gostaríamos que todas as nossas conquistas fossem respeitadas e fossem levadas adiante e que em 2017 houvesse um orçamento vigoroso para a SENAES, para as políticas e tudo aquilo que nós construímos ao longo dessa história.



Viva a economia solidária! Viva a luta que nós ajudamos a construir! E se essas leis não forem encaminhadas, respeitadas e continuadas, as pedras do Brasil irão gritar!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Irmã Lourdes.

Convido o Francisco, Chicão, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias — UNICOPAS.

O SR. FRANCISCO (Chicão) - Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente eu queria dizer o seguinte: em toda a história da humanidade, as cooperativas sempre tiveram o papel de organização dos pobres. E elas continuam tendo esse papel, que é o nosso grande instrumento de organização em relação à produção e ao nosso emprego.

Aprende-se, no cooperativismo, que a primeira cooperativa da história foi organizada na Inglaterra, no bairro chamado Rochdale, em 1842. Mas há registros de que a primeira cooperativa do Brasil foi organizada em 1610, entre os pobres que vieram da Europa e os indígenas brasileiros.

Além do projeto de lei que está em discussão, eu queria chamar a atenção para a Portaria nº 204, de 22 de junho de 2015, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

Eu queria dizer o seguinte: quando uma grande empresa quer se instalar num Município ou num Estado, de acordo com o seu tamanho, ela tem uma grande quantidade de crédito, tem isenção de impostos para 15, 20 ou 30 anos, tem energia elétrica cedida pela Prefeitura ou pelo Governo de Estado, tem terraplanagem, tem água. E assim vai. E as nossas pequenas unidades não têm nada: não têm crédito (*palmas*), não têm local. Tudo tem que sair do nosso próprio suor.

Então, o primeiro ponto que nós queremos através dessa portaria — chamo atenção exatamente para isso — é a infraestrutura. Nós queremos ter os mesmos direitos que as outras empresas têm de se instalar nos Municípios, com terraplanagem, com galpões, com crédito e assim por diante, para que tenhamos a possibilidade de iniciar o nosso trabalho. Como quem não tem capital vai iniciar um processo de organização de cooperativas, se não tem crédito e assim por diante?



Então, essa portaria, que foi assinada no dia 22 de julho de 2015, é muito importante para viabilizar as cooperativas de toda natureza.

Eu tinha organizado aqui outras coisas para falar, mas, em função do tempo, vou citar apenas um pensamento de um chinês que viveu há mais de 2 mil anos. Ele dizia o seguinte:

Quem pensa para daqui a 1 ano ou 2 anos tem que plantar cereais, que produzem em 1 ou 2 anos. Quem pensa para daqui a 20 ou 30 anos tem que plantar árvores, porque produzem fruto e madeira para daqui a 20 ou 30 anos. E aqueles que pensam para daqui a 50 ou 100 anos têm que organizar o povo, porque o povo vai existir sempre.

E esta é a nossa tarefa: organizar o povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Chicão. Parabéns!

Com a palavra a Sra. Daniela Pimentel, da Rede Marista de Solidariedade.

A SRA. DANIELA PIMENTEL - Bom dia a todas e a todos.

(Manifestação na plateia: Bom dia!)

Parabenizo principalmente as mulheres dos empreendimentos econômicos solidários de todo o Brasil (*palmas*) que deixaram suas famílias, que deixaram seus trabalhos, que deixaram todas as suas atividades para estarem aqui hoje. Falar de economia solidária é entender que, se somos hoje 300 pessoas, essas 300 pessoas representam, no mínimo, 1.500 trabalhadores, em sua maioria mulheres.

Infelizmente nós estamos vivendo uma crise muito grande de valores, uma crise de desrespeito e intolerância, em que aquelas pessoas que os outros não suportam ver ou enxergar são colocadas à margem e se tornam invisíveis. Mas nós temos a convicção de que não vai acontecer isso com a economia solidária. Essa é razão de estarmos aqui. Nós não vamos continuar na invisibilidade.

Acho que fala do nosso Secretário ainda está um pouco vazia, ainda está sem construção. (Palmas.) Mas nós queremos uma fala concisa, nós queremos dados, nós queremos datas, nós queremos prazos. O nosso tempo já estourou, o nosso tempo já passou. Neste momento, em que estamos num vácuo da política, as



peessoas continuam comendo, os trabalhadores e as trabalhadoras continuam tendo que trazer para dentro de casa a alimentação para os seus filhos, tendo que levar educação.

A economia solidária tem uma diversidade tão grande que está em todos os lugares e tem espaço, sim, para todos e para todas. Nós estamos falando do catador e da catadora, nós estamos falando do artesão e da artesã, nós estamos falando de pessoas da agricultura familiar, nós estamos falando de pessoas do campo e de pessoas da cidade. Todos esses arranjos têm uma forma de organização que respeita o ser humano.

E esta é a maior crise: o desrespeito com o ser humano. Infelizmente, pelo fato de as pessoas acreditarem que o individualismo e o consumo desenfreado fazem com que sejamos seres humanos, nós nos encontramos nesta crise de hoje, nessa intolerância toda.

O Conselho está previsto na nossa lei. Com ela aprovada, nós conseguimos garantir que os empreendimentos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos. Ou seja, ela permite que todos e todas aqui presentes e aqueles que estamos representando tenham um espaço legal. Nós vamos ser reconhecidos independentemente do espaço que tivermos. Nós estaremos com o Plano Nacional de Economia Solidária.

O Conselho é um espaço que pode ajudar, dando as diretrizes para todo esse orçamento que está parado, para que esse orçamento, que é nosso e destinado aos empreendimentos de economia solidária, seja executado da forma como foi construído conosco.

Não é fácil estar aqui. Não foi fácil em 2011, quando nós saímos daqui com um sentimento até de amedrontamento, porque estávamos enfrentando algo que não estava dentro daquilo em que acreditávamos. Mas nós saímos com um sentimento de segurança, porque conquistamos o nosso espaço. E nós temos a certeza de que vamos continuar conquistando o nosso espaço, independentemente do momento em que estivermos.

Todos e todas aqui somos da economia solidária. Nossa vida não é mercadoria.

Obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Daniela.

Convido o Luciano Mina, da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O SR. LUCIANO MINA - Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa.

Peço licença para falar daqui. Eu estou aqui representando a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que faz parte do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e é uma articulação nacional de gestores estaduais e municipais de políticas públicas.

Nós somos os responsáveis por executar na ponta, nos Estados e Municípios, as políticas públicas, os convênios com a SINAES, as leis municipais. Somos nós que recebemos a demanda do movimento e tentamos traduzi-la em políticas públicas e que também recebemos a demanda do poder público, para acalmar a sociedade e os companheiros. Então, nós temos esse papel de fazer a mediação, a implementação e o desenvolvimento das políticas públicas na prática.

Estamos aqui representando os diversos Municípios e as 27 unidades federativas, onde existem leis municipais, leis estaduais, programas e iniciativas de políticas públicas de economia solidária.

Como gestor público, trago uma das principais preocupações que nós temos com relação à política pública: o lugar institucional da política, da estrutura que o Estado vai colocar para nós podermos desempenhar essa política e também a questão orçamentária.

Lembro que a SINAES é uma Secretaria que, durante todo o período, sempre teve um orçamento anual, na casa dos 100 milhões de reais, o que é um recurso insuficiente para as nossas necessidades. Mas isso já é alguma coisa para podermos começar a dar respostas às necessidades dos empreendimentos, às entidades de fomento, enfim, à população que precisa acessar as políticas de economia solidária, que acredita no trabalho associado e que precisa do trabalho associado para sair desse processo de crise em que estamos entrando.

Como foi dito aqui, hoje em dia há 400 milhões de reais do Governo Federal nas cidades e nos Estados. E nós gestores públicos temos a preocupação de como isso vai continuar. No mínimo, a Rede de Gestores tem uma dúvida de como isso vai



ser daqui para frente, se vão manter as políticas que existem, as ações integradas, os convênios de catadores.

Também é preciso ampliar o que nós temos hoje em termos de conquistas de orçamento, de Plano Plurianual — PPA e de estrutura. Temos de partir daí para, daqui em diante, avançar nas conquistas de consolidação da política pública de economia solidária no Brasil.

Nós vamos passar por um processo de eleições municipais que vai mexer muito com a questão de quem estará executando as políticas públicas a partir de 2017. É necessário que a SINAES tenha esse norte, para podermos aprofundar nisso e para que tudo o que foi construído, esses convênios e projetos em execução não se percam por problemas orçamentários, seja por enxugamento do Orçamento federal, seja pela mudança da orientação política nos Municípios e Estados.

Nós não queremos uma política de governo, mas uma política de Estado. Para isso, é fundamental a aprovação do PL da Economia Solidária. Consideramos o Conselho Nacional de Economia Solidária a instância legítima para discutir com o Governo as demandas do movimento e da sociedade na questão da economia solidária.

Quero dizer que, enquanto gestores públicos, nós estamos aqui com o movimento. Nenhum direito a menos!

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Luciano.

Passo a palavra a Sra. Bárbara Rahmer, da Rede Brasileira de Fundos Solidários.

A SRA. BÁRBARA RAHMER - Bom dia a todas e a todos.

Nós formamos, como o Dantas já falou ontem, a Rede Nacional dos Fundos Solidários.

No projeto de mapeamento dos fundos, nós identificamos, com ajuda da política pública da SENAES, mil iniciativas de fundos solidários no Brasil. Sabemos que os quinhentos que conseguimos mapear fomentaram mais de 9 mil empreendimentos da economia solidária (*palmas*), que envolvem centenas de milhares de famílias em lugares onde o mercado capitalista não chega, onde não existem oportunidades de emprego com carteira assinada.



Esses participantes dos fundos são agricultores e agricultoras que produzem alimentos agroecológicos, que são vendidos para a alimentação escolar. São pessoas que, com a participação desses fundos, aprendem a acessar créditos, deixam de ser vítimas do trabalho escravo. São jovens que descobrem que têm agora oportunidades de sobrevivência nas suas comunidades do interior, o que evita o êxodo rural.

Na grande maioria, os participantes da economia solidária são o público do Bolsa Família ou são membros de comunidades quilombolas.

Então, uma política de apoio a esses fundos e às finanças solidárias faz sentido e traz um grande retorno em termos de inclusão produtiva, mesmo para um governo que não partilha do nosso sonho de outro modelo de desenvolvimento.

Diante disso, quero dizer que nós precisamos da aprovação do Projeto de Lei nº 4.685, de 2012, nós precisamos de um fundo nacional de fomento à economia solidária. *(Palmas.)*

E nós sentimos falta da presença da SENAES no nosso encontro, para que ela mantenha o diálogo e conheça essas experiências. Estamos aguardando uma resposta da Secretaria, Sr. Secretário-Adjunto, sobre o novo edital de apoio às finanças e fundos solidários. Queremos que ele seja nos moldes dos editais anteriores, ou seja, executado com o protagonismo das associações comunitárias, das pequenas cooperativas, do movimento e dos atores da sociedade civil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Bárbara. *(Palmas.)*

Convido o Joaquim Neto, da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, nossa referência em bancos comunitários.

O SR. JOÃO JOAQUIM DE MELO NETO - Obrigado, Sr. Presidente.

Numa Mesa hegemonicamente masculina e numa plenária hegemonicamente feminina, eu começo saudando todas as mulheres valentes deste Brasil. *(Palmas.)*

Quero fazer uma segunda saudação. Por mais que pareça contraditório, nós que somos da Rede de Bancos Comunitários saudamos aqui, trazendo a nossa energia, os bancários deste País, que se encontram na sua maior greve. Os banqueiros, que são os que mais ganham dinheiro na crise, não atendem a pauta



mínima dos bancários, que estão lá na luta como todos nós trabalhadores e trabalhadoras. *(Palmas.)*

E é exatamente para trazer outra lógica de bancos que nós criamos no Brasil os bancos comunitários, de baixo para cima, sem a lógica do lucro depravador e imoral dos grandes bancos, mas que distribuem renda. Cada brasileiro e cada brasileira usuário do banco comunitário também é dele proprietário, porque nas finanças solidárias, assim como nos fundos, a autogestão e a propriedade coletiva são um valor inalienável.

E onde é que esses bancos — que, aliás, estão atendendo agora na greve, porque banco comunitário não tem patrão — estão atuando no Brasil? Nas comunidades quilombolas, nos assentamentos, nas periferias urbanas e rurais, lá na Amazônia, num local aonde banco nenhum quer chegar. Nós atendemos mais de 1 milhão de brasileiros e brasileiras, para os quais, pobres e lutadores lá dos cantos mais longínquos, pedimos agora uma salva de palmas a esta plenária de economia solidária. *(Palmas.)*

Como o tempo é curto, nós da Rede de Bancos Comunitários queremos aqui fazer uma afirmação, João, como todo o mundo já fez. Queremos dizer que a SENAES é nossa, sim, e nós não vamos abrir mão dela! *(Palmas.)* Agora, a SENAES só é nossa e só serve para nós se as políticas de finanças solidárias também estiverem lá, como as leis e os outros projetos de economia solidária. A SENAES é nossa. A política é nossa. E o povo tem pressa.

Como disse aqui a Irmã Lourdes, o tempo está passando e o povo tem pressa. E eu vou terminar repetindo o que ela disse: se o projeto parar, se as leis não vierem, as pedras vão falar. *(Palmas.)*

Esta plenária aqui é pacífica. Mas, João, por detrás dessas pedras, por debaixo das pedras, existe um imenso formigueiro da economia solidária! *(Manifestação na plateia.)*

E vocês da SENAES não queiram ver se esse formigueiro se assanhar! Não fica pedra, não fica pau, não fica nada!

Viva a economia solidária! Viva o povo brasileiro! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Joaquim, eu agradeço a sua fala e



informo a você que quem indicou os membros para a Mesa não fui eu, foi o próprio movimento. Eu só indiquei a Lidiane aqui. E dos 18 que estão falando, só há 7 mulheres. Também não fui eu que indiquei. *(Risos.)* Estou brincando, Joaquim.

Vou chamar agora a Sônia Marise, da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO.

A SRA. SÔNIA MARISE SALLES CARVALHO - Bom dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar a plenária, a Mesa e a Frente Parlamentar.

Eu sou a Diretora-Executiva da Rede UNITRABALHO, que é uma rede de estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho. Aqui eu falo em nome da universidade pública brasileira, sucateada pelo Governo nos últimos anos.

Gostaria de reafirmar o compromisso que deve ter a universidade pública de abrigar os filhos dos trabalhadores, com uma política de ensino, pesquisa e extensão voltada para os interesses das classes desses estudantes.

O que temos observado no Brasil inteiro, inclusive aqui na UnB, onde eu estou neste momento, participando da Faculdade de Educação, é o quanto o impacto dessa crise foi para dentro da universidade.

A Rede UNITRABALHO, ao elaborar políticas de ensino, pesquisa e extensão, também pode favorecer a economia solidária, a partir da produção e da socialização de um conhecimento voltado para os interesses do povo brasileiro, para as demandas da sociedade em geral e não de uma classe em particular.

Então, deixo aqui a reafirmação dessa rede composta por um grupo de professores de todo o Brasil, de quase todas as universidades públicas brasileiras, que têm, dentro da universidade, esse compromisso de reafirmar os temas da economia solidária.

Muito obrigada a todas e todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Sônia.

Convido a Fátima Gondim, da Rede de Economia Solidária e Feminista.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA ROCHA GONDIM - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, mulherada! *(Manifestação na plateia: Bom dia!)*

Com todo o respeito, Deputado, quero dizer que, embora sejamos só sete mulheres, nós garantimos a qualidade no debate político. *(Palmas.)*



Quero saudar a Mesa na pessoa da Lidiane, minha companheira de longas datas. Saúdo também a plenária, todos os empreendimentos econômicos solidários que estão aqui e os milhares espalhados por este imenso País.

Quero dizer uma frase de uma filósofa feminista, que é bastante emblemática neste momento, para nós mulheres: *“Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos de nós mulheres sejam questionados”*. Essa frase é da Simone de Beauvoir.

Nesses últimos 2 anos, não só os direitos de nós mulheres foram questionados, mas — a Irmã Lourdes já colocou aqui — os direitos dos povos do campo e da cidade. Sobre isso, para não me tornar também repetitiva, nós mulheres do campo e da cidade, dos mais remotos lugares, afirmamos: *“Economia solidária é todo dia! A nossa vida não é mercadoria!”*

Por último, pela economia solidária, por nós mulheres, vamos gritar incansavelmente: *“Fora, Temer! Nenhum direito a menos!”*

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Fátima.

Com a palavra a Generosa de Oliveira, da Articulação Nacional da Agroecologia.

A SRA. GENEROSA DE OLIVEIRA - Quero saudar a Mesa e dizer que este número cabalístico de sete mulheres não é à toa. Isso mostra que nós ainda precisamos avançar muito. Mas, como somos mulheres fortes, estamos na luta todos os dias, para vencer.

Primeiro, quero dizer que lamento muito as mudanças que os golpistas querem fazer na educação (palmas), principalmente tirando matérias essenciais do ensino médio, para que os estudantes não alcancem a universidade. Na hora da prova, a matéria que estudante não teve no ensino médio vai estar lá.

É por isso que eu digo que não é só “Fora, Temer!”, mas “Fora, todos os golpistas!” (Palmas.) Digo isso porque, se sair o Temer, vai entrar outro golpista do Rio de Janeiro para assumir o lugar. Então, isso é muito preocupante.

Segundo, quero dizer que nós do campo e da agroecologia vivemos essa grande comunhão com a economia solidária porque ela se preocupa com o outro, com a organização social de cada companheiro e de cada companheira. Nós não



estamos preocupados em transformar os nossos empreendimentos em pequenos “agronegocinhos”. Nós não queremos isso. Nós queremos os nossos movimentos solidários, organizados e participativos em todas as instâncias.

Aí eu destaco principalmente a preocupação com o meio ambiente que a economia solidária vem desenvolvendo. Um grande exemplo são as farmácias da natureza, que infelizmente não são reconhecidas, mas que comprovadamente sabemos que nos curam com segurança, respeitando o meio ambiente.

Esses são pontos importantes, de que nós do campo da agroecologia não abrimos mão. E nós não temos que abrir mão de nenhum conselho que, como já disseram aqui, foi construído pela sociedade civil. Nós temos que manter o Conselho Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável — CONDRAF, o Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular — SENAPOPOP e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA. Há muitos outros, mas eu destaco esses aqui pela grande participação da sociedade civil.

Então, estamos aqui na luta por alimento saudáveis, por segurança e soberania, que se dá no direito de comer o alimento limpo de agrotóxico. Para isso, estamos na briga pelo Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxico — PRONARA e contra os agrotóxicos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Generosa.

Convido a Isadora Santos, da Juventudes e Economia Solidária — JUVESOL. Aí encerramos essa fase.

A SRA. ISADORA CANDIAN SANTOS - Bom dia a todas e a todos.

Meu nome é Isadora. Eu faço parte da JUVESOL, que é uma articulação nacional de juventudes e economia solidária; sou sócia de uma cooperativa de *design* chamada Ideário, que faz parte de uma rede maior, a Rede Design Possível, composta na sua maioria de mulheres e jovens; e também sou Diretora-Tesoureira da UNISOL Brasil.

Eu queria reforçar a provocação que o Plenário tem feito sobre haver mais falas de mulheres, pois também é preciso haver mais falas de jovens, mulheres e homens jovens. Está faltando, sim, essa representação não só na economia solidária, mas nas redes, nas diretorias e nos cargos de liderança e de decisão



estratégica. Então, venho fazer essa provocação aqui e trazer o tema da juventude para a economia solidária, porque esse foi, desde o princípio, o papel e a ideia inicial da JUVESOL.

A economia solidária é feita pela diversidade de pessoas, diversidade de movimentos de trabalhadoras e trabalhadores, de redes, empreendimentos cooperativas e associações, mas também de jovens, de juventudes, de cultura. E nós demandamos, sim, projetos de lei e políticas públicas que estejam voltados para os jovens, pois precisamos de educação, de saúde, de mobilidade, de cultura e, principalmente, de trabalho.

Nós entendemos, na JUVESOL, que a economia solidária tem tudo a ver com juventude. Ela não é só uma alternativa. Ela pode ser, sim, como acontece, uma das maiores fontes de renda da juventude. Infelizmente, a maioria dos jovens não consegue um emprego formal, mas um emprego informal, muitas vezes ligado a cultura, movimentações e articulações, seja no campo, seja na cidade.

Então, quero reforçar a importância de projetos de leis que contemplem políticas para a juventude também. Se não me engano, há poucas políticas voltadas para os jovens.

Sobre a questão que vários companheiros e companheiras colocaram aqui sobre o orçamento da SENAES e as políticas que vão ser continuadas, no começo do ano, havia uma série de demandas sobre empresas recuperadas, juventudes, mulheres, bancos comunitários, redes. Enfim, havia uma diversidade imensa de pautas que estavam sendo encaminhadas para investimento de recursos. E nós ainda não sabemos como isso vai ficar até o final desse ano, quanto mais no ano que vem. Então, acredito que seria importante, Sr. Secretário-Adjunto, colocar essa questão em pauta, porque os recursos e o apoio à economia solidária e, principalmente, à juventude são essenciais para darmos continuidade a nossas políticas públicas.

Era isso o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Isadora.

Encerrada essa parte, há aqui cinco observações de internautas que participaram pelo e-Democracia, que tenho que ler porque nós somos democráticos e demos essa abertura.



Disse o Erasmo Neto:

Hoje, assisti uma reportagem feita na África, onde o grupo odebrecht tem participação. Deduzo que o discurso da deputada Maria do Rosário não é coerente com as atitudes dos governos Lula e Dilma, pois no meu entendimento estão destruindo a economia solidaria africana e implantando o sistema do agronegócio, como formar de acabar com a fome na África.

A segunda observação é do Erasmo também:

Comissão — é a nossa audiência aqui —, agradeço e vou além perguntando; se nós não estamos enganados com a metamorfose do sistema de ideias comunistas, com aparência do sistema de ideias capitalistas. O desastre ambiental do Mar de Aral demonstra que existe influencias de praticas parecidas nos sistemas de produção das cooperativas inseridas dentro do sistema do agronegócio.

O Antônio Oscar Peixoto Vieira colocou, respondendo ao Erasmo: “Erasmo, é importante não confundir o cooperativismo que reproduz a lógica do capital com o cooperativismo preconizado e defendido pelas economias solidárias”.

A Nilsa mandou:

A sociedade brasileira assiste estarrecida a supressão de direitos trabalhistas e precarização do trabalho em função de um projeto de governo capitalista e liberal, onde somente os ricos terão acesso as riquezas de nosso país. A terceirização aprovada no Congresso Nacional é um retrocesso de 30 anos nas relações de trabalho no Brasil. Os trabalhadores de economia solidária são os únicos que poderão avançar em dignidade, renda e garantia do trabalho autogestionário. É fundamental que se avance na Câmara com um “marco legal da economia solidária”. Votar a Lei que tramita e é



anseio de milhares de trabalhadores (as). O movimento de economia solidária tem que sair as ruas e garantir uma política pública de direito.

Volta o Erasmo:

Como avançar, se somos dependentes da tecnologia, onde o registro de marcas, patentes e propriedade intelectual são os regente diretos na organização das sociedades? Salvo engano só após a constituição de 1988 o Brasil passa a respeitá-las, como sendo parte do direito internacional. Recuperar fábrica abandonada pelo capital internacional, no mínimo é trabalhar dobrado sem conseguir sucesso sustentável.

Agora, para concluirmos, nós passaremos a palavra para o João Bertolino, que tem 3 minutos para responder a algumas perguntas e para as suas despedidas.

O SR. JOÃO BERTOLINO DE OLIVEIRA NETO - Eu vou responder, no geral, à questão de orçamento.

Desde que nós chegamos à SENAES, já fizemos pagamento de 83 convênios, de quase 20 milhões de reais. Ou seja, isso não está parado. Estão aqui os dados do que está acontecendo. Nós não paramos, a política está correndo. Essa é uma determinação do Secretário, que tem trabalhado insistentemente nisso aí. Estão aqui: são 83 convênios pagos, na casa de quase 20 milhões reais.

Aditivos. Nós estamos correndo atrás dos aditivos e já conseguimos dois, que estão saindo.

Editais. Na CONJUR, está o nosso edital de redes, sendo que o de finanças vai seguir os mesmos moldes do de redes. Nós estamos aguardando porque houve uma mudança, Bárbara, na questão da lei. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil — MROSC veio aí e fez uma reviravolta, e os editais têm que se adequar a ele.

Então, essa nova lei tem que ser obedecida. Não dá para se fazer simplesmente nos moldes da lei passada. Mas nós estamos agindo. E acredito que, o mais breve possível, sairá o edital de redes, que será o nosso primeiro. Em seguida, o de finanças vai estar conosco.



O Secretário tem feito, insistentemente, algumas reuniões com vários órgãos — MDS, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, MAPA, SESCOOP —, para nós conseguirmos trabalhar a questão do Fundo Solidário. Nós estamos trabalhando essa questão com o Banco Central, onde já estivemos. Também estivemos no Banco Palmas há pouco tempo.

E quero dizer da satisfação de recebê-los na SENAES. Alguns aqui já estiveram lá. A Secretaria está aberta a todos vocês. É só marcar que nós os receberemos. Vamos ver os anseios de vocês e, o que pudermos, vamos fazer. Está bom?

Eu agradeço a vocês por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, João.

O SR. JOÃO BERTOLINO DE OLIVEIRA NETO - Calma aí! Há a questão do Conselho, que eu já estava esquecendo. Ainda bem que o amigo aqui lembrou.

Nós estamos fazendo um estudo dessa questão do Conselho. Eu peguei a última ata, e nós estamos estudando para, o mais breve possível, conseguirmos marcar essa reunião com o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, João.

Com a palavra o Luiz Ademir Possamai, da UNICAFES, por 3 minutos.

O SR. LUIZ ADEMIR POSSAMAI - Eu confesso que estou satisfeito com o debate que nós estamos realizando aqui. Em nome do cooperativismo, eu queria agradecer, e muito, a iniciativa do Deputado Angelim de requerer este momento, para que nós pudéssemos socializar um pouco o pensamento de cada um e de cada uma sobre aquilo que está vivendo.

Sei, João, que, se houvesse tempo para nós darmos espaço para outras pessoas, iria haver desabafos e propostas. Assim é a economia solidária. O nosso trabalho da vida toda tem sido o de fazer debates e construir propostas de inclusão social, que é o mais importante para essa sociedade.

Eu quero, em nome do cooperativismo, reafirmar que o Brasil, nos últimos 13 anos, tem sido referência em políticas públicas para outros países do mundo ou para todo o mundo. E nós do cooperativismo não gostaríamos de retroagir, pelo contrário, nós estamos aqui para somar e para fazer com o Brasil continue sendo um país de



destaque e não um país que vai regredir nas conquistas dos últimos 20 anos principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado.

Com a palavra o Leonardo Pinho.

O SR. LEONARDO PENAFIEL PINHO - Na verdade, todas as intervenções aqui apontaram um sentido geral: que nós não vamos admitir qualquer retrocesso, um passo atrás nas políticas públicas de economia solidária no Brasil. *(Palmas.)* Esse recado foi dado por todas as forças, redes e grupos que compõem essa diversidade que é a economia solidária, que é o cooperativismo e o associativismo solidário no Brasil.

João, primeiro, é fundamental que essa agenda do Conselho Nacional de Economia Solidária ocorra o quanto antes, porque é nesse Conselho que a sociedade civil vai pactuar, vai questionar, vai buscar encaminhar as propostas relacionadas às políticas públicas. Então, como falou a UNISOL Brasil, aqui na mesa, e foi o recado dado por todo mundo, é estratégica a convocação da reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária. *(Palmas.)*

Segundo, é fundamental pegar a pactuação realizada no Fórum Interconselhos, no qual todos os conselhos de direitos do Brasil se reuniram e pactuaram agendas prioritárias no PPA.

Nós sabemos que, no PPA, a dinâmica que ocorre é sempre esta: há um monte de pauta, e às vezes o Governo escolhia uma pauta ali do meio, que executava. E os conselhos de direitos, sentados todos no Interconselhos, pactuaram as prioridades já no PPA. Por isso, eu chamo a atenção, para a equipe da Secretaria olhar as prioridades tiradas pelos conselhos de direitos.

Eu participei diretamente dessa reunião, onde a Shirlei e várias pessoas estavam. E vários conselhos nacionais colocaram como suas prioridades as pautas da economia solidária. Na política sobre drogas no Brasil, sabe qual foi a prioridade? Economia solidária. Sabe qual foi a prioridade na agricultura? A agricultura familiar e a economia solidária. Entre as políticas de juventude, sabe qual foi uma das prioridades pautadas pelo Conselho Nacional de Juventude? Economia solidária. Sabe qual foi a prioridade do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher? Economia



solidária. Sabe o que o pessoal do Conselho Nacional de Saúde pautou como uma das prioridades? Economia solidária.

Então, eu peço que as prioridades pactuadas no Interconselhos sejam prioridades efetivas para a SENAES, mas também no seu diálogo com outros Ministérios. O Interconselhos, com todos os conselhos presentes, tem a maior legitimidade hoje no País. Diversos conselhos sentaram-se e fecharam suas prioridades.

E, para encerrar, digo e chamo a atenção novamente de todos e todas: a economia solidária é uma nova economia, é uma busca de uma nova sociedade. E ela não vai ocorrer se não estivermos lado a lado com os movimentos sociais, com os outros conselhos de direitos, defendendo hoje os ataques contra o SUS, contra o SUAS e contra a educação brasileira. Economia solidária é a construção de uma nova sociedade, pautada nos direitos humanos e na auto-organização popular e comunitária. Economia solidária é a autogestão como estratégia econômica para enfrentar a crise econômica.

É esse o grande sentido que queremos deixar nesta audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Muito obrigado, Leonardo.

Eu passo a palavra à Lidiane, da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A SRA. LIDIANE FREIRE DE JESUS - Inicialmente, parabéns a nós por esta audiência!

Nós do Fórum Brasileiro de Economia Solidária nos somamos às diferentes expressões e reivindicações emergentes aqui deste Plenário, em defesa da Política Nacional de Economia Solidária.

Exigimos que sejam aprovados todos os projetos de lei que se relacionem com a autonomia, a auto-organização, a autogestão de trabalhadores e trabalhadoras, em especial o nosso Projeto de Lei nº 4.685, de 2012.

Exigimos o fortalecimento das políticas da agricultura familiar, políticas já consolidadas em lei da agricultura familiar, do artesanato, dos catadores, da agroecologia.



Queremos afirmar que somos e permanecemos companheiros na luta e na resistência.

O Fórum Brasileiro, aqui neste plenário, afirma as ações e diretrizes pactuadas e contidas no Manifesto da Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária, ocorrido em Santa Maria, em 2016.

Primeiro, realizar análise da conjuntura nacional e internacional em todas as atividades da economia solidária que ocorra nos Territórios, nos Municípios, nos Estados e nacionalmente. Nós estaremos atentos o tempo todo, fazendo uma reflexão sobre o cenário e sobre a condução da Política Nacional de Economia Solidária e da política brasileira.

Segundo, aderir publicamente e participar ativamente das frentes dos diferentes movimentos nacionais de economia solidária, dos movimentos e das diferentes frentes que estão na resistência, por um projeto democrático de sociedade.

Terceiro, o movimento da economia solidária não reconhece o Governo e, portanto, atuará de forma combativa, reivindicando suas conquistas e políticas públicas de economia solidária e de direitos.

Nós estaremos atentos e nos manteremos vigilantes na construção, defendendo que a Política Nacional de Economia Solidária seja construída e fortalecida em espaço amplo e democrático de participação.

Nenhum direito a menos ou queda de conquistas!

Eu queria convidar os companheiros e companheiras que estavam no salão ao lado para fazermos um momento místico de fechamento e demonstrar para o Governo Federal a nossa força, que nós somos resistentes e estamos vivos, agora mais vivos do que nunca. Vamos chamar todo mundo aqui para um registro fotográfico também.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelim) - Obrigado, Lidianie. *(Manifestação na plateia: Pega a bandeira de luta, deixa a bandeira passar! Essa é a nossa conduta. Vamos unir pra mudar!)*



Convido todos para tirarmos uma fotografia, que depois vamos encaminhar a todas as entidades aqui presentes. Convido os companheiros que estão no outro plenário para virem para cá. Vamos fazer uma fotografia de todos!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.